

BREVE RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO

Bianca Rufino (*), Cristina Crispim.

* Universidade Federal da Paraíba, bianca_ruffino@hotmail.com.

RESUMO

A preocupação ante cientistas, educadores, filósofos, poetas e observadores quanto ao afastamento do homem em relação a natureza vem de muitos séculos. Porém as discussões só alcançaram atitudes políticas com os primeiros sinais de degradação na natureza, em meados da década de 60, após muitas denúncias dos movimentos ambientalistas. Para tanto, essa pesquisa objetiva investigar historicamente, dados e informações que remetam aos primeiros passos da temática ambiental, o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil e no mundo, e um breve apanhando das primeiras concepções teóricas até a fase de amadurecimento a qual se encontra os estudos atuais. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem descritiva do fenômeno Educação Ambiental, a partir de basicamente dois procedimentos, a pesquisa bibliográfica com consultas a livros, jornais e revistas científicas eletrônicas, dissertações e teses, para um estado da arte da Educação Ambiental com intuito de revisar os principais temas abordados para embasar o ordenamento de dados e discussões; e pesquisa documental, com consulta a documentos criados em eventos internacionais e nacionais importantes no delineamento da Educação Ambiental, bem como consulta a lei federal brasileira para identificar o acolhimento do tema pelas políticas públicas. A partir desses instrumentos metodológicos, foi possível elucidar que os eventos contribuíram bastante para o avanço da temática, e embora o movimento ainda seja em pequena escala comparado aos objetivos que a EA pretende, os delineamentos das políticas públicas no Brasil e no mundo já se encontram contextualizados com a educação integrada e holística. E ainda, foi possível aclarar que os conceitos também foram aprimorados, e hoje se encontra numa fase crítica, de complexidade e interdisciplinaridade com embasamento mais denso, o que torna viável a ação refletida (práxis) e a prática contextualizada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; EA no Brasil e no mundo; resgate histórico.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental demorou muito tempo até alcançar visibilidade no cenário mundial, pois o meio ambiente era visto como uma temática menos relevante perante os problemas sociais, culturais e econômicos. E no Brasil, a análise pode ser mais profunda, pois da colonização herdamos alguns (pré)conceitos como a concepção de que a floresta é “mato” e deve ser desmatado para dar passagem a civilização. E ainda, a concepção do índio como indivíduos incivilizados e incultos porque viviam na floresta (GADOTTI, 2013). E esses julgamentos não são ultrapassados, eles ainda fazem parte do cotidiano de algumas pessoas, principalmente no que se refere a ‘crescimento’; modelos de cidades grandes, megalópoles com grandes investimentos externos, de enormes arranha-céus e carros em largas avenidas, são, diariamente, publicados e incentivados pelos meios de comunicação como estilos de sucesso.

O que acontece no mundo atualmente é uma crise ética, humanística, de valores, que impacta negativamente a teia social, econômica e cultural. Colapso esse, resultante da dominação do homem sobre a natureza e os modos de produção em massa e consumos desenfreados, o planejamento dos centros urbanos para o crescimento econômico apenas, afastou outras temáticas de igual importância, e assim segregou também as pessoas, a fauna, a flora, e todos os componentes vivos esquecidos do sistema terrestre (DIAS, 2013). A sociedade se desenvolveu a todo vapor rumo ao colapso, rumo a incerteza da permanência das gerações futuras nesse globo, pois esqueceram que os recursos naturais são limitados. A partir dessas incertezas da atual geração, surgem ativistas, cientistas, amantes da natureza, preocupados com o fim dessa corrida pelo dinheiro no mundo, que fazem emergir temas como Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento, Educação Ambiental, e outros.

Ainda é importante observar que os efeitos da degradação ambiental como mudanças climáticas, escassez de água, escassez energética, já foram abordadas muito antes de 2015. Em 1952 em Londres, o ar poluído das

indústrias levou 1.600 pessoas a óbito. Em São Paulo, nos anos 2000, já acontecia o rodízio de carros, devido ao número elevado de veículos automotores, e o rodízio de água devida a escassez hídrica (DIAS, 2013).

Portanto, a necessidade de reverter esse quadro foi e será imprescindível para perpetuação das espécies e manutenção do equilíbrio do planeta. A Educação Ambiental emerge diante desse cenário de conflito como uma resolução a longo prazo. É profundamente influenciada pelos princípios freirianos e marxistas de ‘dialogicidade’ e ‘dialecticidade’, efervescendo o debate a partir da contradição, e promovendo a criticidade do indivíduo para que ele torne-se um ator ativo de transformações sociais a começar pela situação com a qual se encontra (DIAS, 2013; LOUREIRO, 2004). A EA também pretende aproximar os conteúdos da realidade dos indivíduos, trazer a comunidade para dentro da escola, e principalmente, aconchegar o professor do aluno, para que juntos possam construir conhecimento.

Sendo assim, essa pesquisa tem o propósito de estudar a temática ambiental desde sua nascitura, até a realidade na qual se encontra. E trazer um breve apanhado da evolução dos conceitos em torno da EA, os quais possuem grandes ligações com os próprios momentos históricos.

DESENVOLVIMENTO

A relação do homem com a natureza é intrínseca ao surgimento do mundo, pois, desde o princípio da humanidade, somos dependentes da guarnição e provento que ela nos fornece para a sobrevivência. Desde 10.000 a.C., já havia o desenvolvimento da agricultura no crescente fértil no Mediterrâneo e, 6.000 anos mais tarde, surgiam as primeiras vilas do mundo próximas aos grandes rios para facilitar a irrigação do cultivo. (DIAS, 2013).

A população humana era de aproximadamente 27 milhões há 2.000 a.C., portanto, os impactos eram mínimos comparados a média populacional atual de 7 bilhões. O desgaste causado pela relação antropocêntrica desencadeou grandes conflitos socioambientais, principalmente no Brasil que teve em sua colonização a exploração predatória e o contrabando de recursos naturais e de animais. (DIAS, 2013).

Em 1542, a primeira Carta Régia brasileira já estabelecia normas e punições para o corte da madeira. Isso é já se tornara rotineiro o descaso dos colonizadores em relação ao uso dos nossos recursos naturais. Em 1850 D. Pedro II proíbe a exploração florestal em terras descobertas, porém seu mando foi ignorado e continuou-se a tocar fogo nos terrenos para criação de monoculturas para exportação (DIAS, 2013).

O marco nas ciências naturais aconteceu em 1859, quando Charles Darwin publicou seu livro ‘A origem das espécies’, buscando explicar a origem, transformação e perpetuação das espécies ao longo do tempo, a partir da seleção natural. Em 1863, o biólogo britânico, Thomas Huxley, trouxe em seu ensaio, “*Evidence as to man’s place in nature*” (Evidências sobre o lugar do homem na natureza), a interdependência e sintonia entre os seres vivos. E no ano seguinte, o diplomata americano George Perkin Marsh relatou, em seu livro, “*Man and nature: physical geography as modified by human action*” (O homem e a natureza: a geografia física modificada pela ação do homem), os sinais de degradação do meio ambiente devido à ação antrópica, e também faz menção à percepção errônea e equivocada que se tem da natureza como algo a ser degradado e consumido (DIEGUES, 2001).

Ainda segundo Diegues (2001), ele acredita que haja diferentes correntes científicas: a conservacionista e a preservacionista. A conservacionista pretende cuidar da natureza a começar pelo uso consciente dos recursos naturais, mas sem se esquecer das comunidades do entorno de áreas de preservação. Já a preservacionista, propõe a ‘preservação’ retirando o homem da natureza, tratando-a como um objeto estático e símbolo de admiração apenas, “para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la.” (DIEGUES, 2001, p. 13). Inclusive, em 1 de Março de 1872, o Congresso dos Estados Unidos da América criou o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo, que, inclusive, surgiria com o esse princípio preservacionista. (DIEGUES, 2001).

Já em 1920, enquanto nos Estados Unidos só existia aproximadamente 20% de floresta primitiva; no Brasil, o pau-brasil já era considerado extinto, e inexistia código florestal para controle de seu uso. (DIAS, 2013).



Em 1934, as autoridades brasileiras começaram a perceber os efeitos negativos do modo extensivo das formas de utilização da terra com o gado, a cafeicultura e a silvicultura. Desta forma, o até então Decreto de Lei 23.793 de 23/01/1934, que mais tarde se transformou na Lei nº 4.771, instituiu o “Código Florestal Brasileiro” (DIAS, 2013). E como efeito do código, criou-se a 1ª Unidade de Conservação do Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia localizado na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro (DIAS, 2013).

A década de 40 foi marcada por grandes conflitos políticos e sociais, e todos de certa forma influenciaram as discussões e desenvolvimento da temática. Nesta década, ocorreram: a Segunda Guerra Mundial; o bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, feito pelos Estados Unidos contra o Japão; e a Guerra Fria (CASCINO, 2000).

Já na década de 50, em Londres, já apareciam os primeiros sinais da degradação ambiental, o *smog*, que é um ar densamente poluído, causou a morte de 1.600 pessoas e ‘obrigou’ o governo inglês a criar e aprovar a Lei do Ar Puro. (DIAS, 2013).

A década de 60 projeta-se em resposta aos conflitos políticos e sociais que aconteciam no cenário mundial, surgiram os movimentos que segundo Cascino (2000) transformaram a humanidade, como as manifestações contra a Guerra Fria e a corrida armamentista-nuclear, e contra o Vietnã; ainda, o movimento dos hippies, a emergência do feminismo, movimento negro ou Black Power, pacifismo, libertação sexual e a “pílula”, drogas e rock-and-roll.

Ainda nessa década, em 1962, a bióloga Rachel Carson, publica o livro “*Silent Spring*” (Primavera silenciosa), um clássico na história do movimento ambientalista. Trazendo os primeiros alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais, do uso de pesticidas e poluentes químicos e suas consequências na perda de qualidade de vida dos ecossistemas e da população. E em 1968, um grupo de cientistas de várias áreas passa a se reunir em Roma para discutir a crise ambiental, e esse grupo fica conhecido como o Clube de Roma (DIAS, 2013).

Havia a necessidade de discussão da questão ambiental e principalmente, de uma mudança de pensamento. Em 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha surgiu o termo “Educação Ambiental”. Muito embora, segundo Dias (2013), essa expressão já fosse utilizada por professores universitários desde 1945. É também importante destacar que, os conceitos ainda eram cristalizados e ainda baseados nos modelos racionalistas e cartesianos, como cita Reigota (2000, p.11):

[...] voltada especificadamente para um indivíduo fora de um contexto social e político, para a preservação de uma espécie de fauna ou da flora, de um ecossistema específico numa concepção biofísica, não superando o localismo de uma unidade de conservação ou de qualquer um destes elementos do meio ambiente em suas interações com os eixos sociocultural, político e econômico.

Em 1968, a delegação da Suécia, na Organização das Nações Unidas (ONU), chamou a atenção da comunidade internacional para estes fins. Em 1972, o Clube de Roma, publicou o documento Limites de Crescimento com o objetivo de mostrar como seria o futuro da humanidade, caso não houvesse transformações bruscas de comportamento e mentalidade. E neste mesmo ano, no período de 5 a 16 de Junho, na Suécia (Estocolmo), houve a primeira tentativa governamental de harmonizar as relações homem-natureza, na Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Foi um evento realizado pela ONU que reuniu representantes de 113 países e gerou um dos documentos mais importantes para o movimento ambientalista, a ‘Declaração sobre o Ambiente Humano’.

Nesta conferência internacional, ocorreram fatos controversos que reportaram contra a imagem do Brasil. Representantes de países ditos em subdesenvolvimento estavam insatisfeitos com a postura dos países industrializados, que se utilizavam de discursos ambientalistas de controle da poluição ambiental, para impossibilitá-los de investirem em indústrias. Em resposta a esta atitude, representantes do Brasil, que participaram da conferência, escreveram um cartaz com os seguintes dizeres:

Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o

que nós queremos são empregos, são dólares para o novo desenvolvimento (DIAS, G. F., 2013, p. 36).

Em pleno momento de discussão da crise ambiental, em encontros internacionais, o Brasil pisoteia os ideais da conferência, e submete-se a um modelo de desenvolvimento econômico, restrito e segregador, valendo-se mais das cifras que de condições favoráveis e sustentáveis à vida da população. Esses fatos são importantes para um melhor entendimento das políticas ambientais e o modo como foram introduzidas no país.

Como resultados da Conferência de Estocolmo no Brasil, em 1973, a Presidência da República criou o primeiro organismo brasileiro de gestão ambiental, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior. Esse órgão foi muito importante para as discussões no país, nesse contexto, muito embora por motivos políticos fosse impossibilitado de trabalhar a EA.

Após a Conferência de Estocolmo (1972), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realizou em 1975 o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado, ex-Iugoslávia, com a participação de 65 países onde se gerou 'Carta de Belgrado'. Esse documento, segundo Dias (2013, p. 80) expressava "a necessidade do exercício de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana". Muito embora as discussões tenham sido de grande valia para o desenvolvimento da temática, os conceitos ainda eram bastante cristalizados, reducionistas e cartesianos, não existia ainda uma ligação do homem com o ambiente. Porém, os conceitos ainda eram limitados porque o próprio entendimento de meio ambiente era simplista, ele era visto apenas como aspectos naturais, biofísicos e os problemas associados, "não permitia as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras à compreensão e melhoria do ambiente humano" (DIAS, 2013, p. 98).

Foi em 1977, que houve o encontro mais importante para a EA, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que ocorreu entre os dias 14 a 26 de Outubro, em Tbilisi, Geórgia. O evento foi organizado pela UNESCO em parceria com o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA). Suas estratégias deram continuidade aos ideais da Conferência de Estocolmo e desenvolveu a 1ª fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, criado em Belgrado. Deliberaram-se os objetivos e características da EA, as estratégias a serem tomadas pelo programa e um chamamento para os países membros para incluí-la na educação escolar. (DIAS, 2013).

Depois desse momento, em 1981, o então presidente, João Suassuna, sanciona a Lei 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Sete anos mais tarde, a Constituição Brasileira passou a dispor no capítulo VI, no artigo 225, sobre o meio ambiente e afins, e, por meio da Lei 7.735, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) (DIAS, 2013).

Já em 1992, acontece a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), segundo Dias (2013, p. 50) nela "reconhece-se a insustentabilidade do modelo de "desenvolvimento" então vigente. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento". E resultante de outros fóruns organizados pela sociedade civil, paralelos ao evento, surgiu a 'Declaração sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente', 'Carta da Terra', e o 'Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global'. Essa conferência foi reconhecida como o encontro internacional mais importante para a sociedade num todo, pois a partir dele a política ambiental ganha mais força e apoio, e os ideais de sociedades sustentáveis passam a ganhar visibilidade e tornam-se metas e planos de governo.

No Brasil, o alavanche da EA, em termos legais, aconteceu em 1994, momento em que Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com a interveniência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Cultura (Minc) formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Culminou com a assinatura do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, da Política Nacional de Educação Ambiental regida pela Lei 9.795 de 27/05/99, dispondo que:

Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e



competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, 1999).

Dispõe, inclusive, sobre a necessidade de formação dos professores para que atendam aos pressupostos, como também os princípios básicos e objetivos fundamentais. A partir dessa data, as ações voltadas para a EA emergiram e começaram a ser executadas. Com a aprovação dessa lei, o Brasil notabilizou-se como o primeiro país da América Latina a apresentar uma política nacional específica. (MILARÉ, 2013).

Após cinco anos do PRONEA, ocorreu em Brasília, entre os dias 7 e 10 de outubro, a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA), contando com 2.868 participantes, esse evento foi um marco na EA nacional, pois mobilizou educadores, estudantes e autoridades de todo o país. Nesse mesmo ano, o MEC divulga os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), introduzindo o meio ambiente nas temáticas transversais (DIAS, 2013). Enquanto isso, em dezembro do mesmo ano em Kyoto no Japão, acontecia a III Conferência das Partes para a Convenção das Mudanças Climáticas, evento que culminou na assinatura do Protocolo de Kyoto, onde países mais industrializados e poluidores se comprometiam de reduzir suas emissões de gases estufa.

Em 1998, aconteceu outro evento, a Conferência de Tessalônica na Grécia, porém, segundo Dias (2013), ela apenas reforçou a necessidade da construção de uma nova ética global, que retire o eixo econômico da centralidade das ações no mundo, e melhore os métodos educacionais para trabalhar a favor do meio ambiente.

Após esses eventos que alavancaram a discussão ambiental no mundo, a EA tomou rumo como postura ética pedagógica, entre educadores e pesquisadores, e é uma ferramenta já adotada em Organizações Não Governamentais (ONGS), poderes públicos, escolas, e na sociedade civil em geral. Os pesquisadores na área abraçaram bases conceituais e teóricas sob o alicerce de uma pedagogia que deva se instalar em todos os campos de conhecimento a fim de traçar uma nova ética global, que imponha limites ao consumo; que promova a liberdade de expressão e a participação; que interaja e dialogue com todos os atores envolvidos; que promova a práxis, a ação refletida, para formar indivíduos críticos e preocupados com a sua realidade; e, por fim, que se torne uma ferramenta de autonomia e autossuficiência da população para resolução de conflitos e transformação social. (TORRES; FERRARI; MAESTRELLI, 2014; GUIMARÃES, 1995). Ainda nesse sentido, Loureiro (2004, p. 66 e 67) traz um arremate da importância da EA:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc. [...] a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade. Portanto, trato aqui de uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para uma nova sociedade. Falo de um campo amplo que se mostra adequado à educação ambiental pelo tratamento consistente de nossa especificidade como seres biológicos, sociais e históricos, de nossa complexidade como espécie e da dialética natureza/ sociedade como unidade dinâmica.

CONCLUSÃO

A partir dos instrumentos metodológicos utilizados, tornou-se possível observar o significado dos eventos para aprimoramento das bases conceituais da EA e da divulgação dessa educação a nível internacional e nacional. Pois a partir deles, a EA passou de educação tradicional e conservadora, para um entendimento complexo e holístico da realidade, e embora não seja totalmente efetivada no Brasil e no cenário mundial, já deu passos significativos nas políticas governamentais, sociedade civil organizada, setor empresarial, e o mais importante: já alcança diversas salas de aula a nível nacional a partir dos projetos federais e instrumentos curriculares.

Ainda, foi possível aclarar que os avanços na discussão da temática ambiental são inúmeros devido ao empenho de pesquisadores, ativistas e educadores que demonstraram sua preocupação ante a relação de exploração do homem sobre a natureza, resultantes do modelo econômico adotado pela sociedade. Então é importante destacar o papel da ciência, posicionando-se frente a grandes tomadas de decisões e transformações sociais. Ela foi, e será o motor propulsor para criação de grandes eventos que dialoguem com todas as esferas e teias sociais a fim de traçar objetivos em comum para construção de sociedades justas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999.
2. CASCINO, F. Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
3. DIAS, G. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.
4. DIEGUES, A. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
5. GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2013.
6. GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
7. LOUREIRO, C. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
8. MILARÉ, E. Direito do Ambiente. 8. ed. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2013.
9. TORRES, J.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freiriana. In: LOUREIRO, C.; TORRES, J. (Orgs.). Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.